

## PSICOLOGIA PRETA: APONTAMENTOS PARA UMA ATUAÇÃO RACIALIZADA

Dinara das Graças Carvalho Costa<sup>1</sup>  
Paulo César Zambroni de Souza<sup>2</sup>  
Francisco Márcio Costa da Silva<sup>3</sup>

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17538569>

**Resumo:** O racismo é uma estrutura que afeta a sociedade biopsicossocialmente e se fundamenta em esferas econômicas, educacionais e políticas assim como nas relações de saúde (mental). Mediante essa realidade, este ensaio crítico (que faz parte da tese da primeira autora) buscou debater a necessidade da decolonização da Psicologia, especificamente frente ao viés de raça, e apontou algumas das estruturas sociais que levam a população negra a ser vítima do racismo e como esse fenômeno deletério subsidia psicopatologias nessa população. Buscou-se dividir o material em tópicos para melhor compreensão da(o) leitor(a) e se construiu tanto um breve levantamento sociohistórico frente a realidade da escravização, passando por leis e negligências com a população negra, quanto uma crítica a atuação acadêmica e clínica da Psicologia, que ainda vivencia uma realidade na qual as teorias eurocêntricas são impostas a subjetividades negras e brancas como se as mesmas tivessem vivências semelhantes – o que não procede. Espera-se que esse material sirva de incômodo para a formação e prática psicológica e que o pensar decolonial torne-se algo cotidiano e materiais como o de Virginia Bicudo e Neuza Santos Souza, profissionais brasileiras da área de Saúde Mental, possam ser resgatados e inseridos na formação acadêmico-profissional da Psicologia – assim como os de Wade Nobles, Naim Akbar, Frantz Fanon e Grada Kilomba, por exemplo, que construíram suas perspectivas negras em relação a saúde mental dessa população em um cenário internacional, mas que é compartilhado no Brasil através do combate as estruturas escravagistas ainda vigentes. Além disso, não se pode ignorar e/ou esquecer das contribuições de Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, por exemplo, através de bases epistêmicas e experiências voltadas a transformação da organização social, da política e da ciência através dos Movimentos Sociais Negros.

**Palavras-chaves:** racismo; estrutura social; adoecimento mental; psicologia.

**Abstract:** racism is a structure that affects society biopsychosocially and is based on economic, educational and political spheres as well as mental health relationships. According to this context, this critical essay (which is part of the first author's thesis) aimed to debate the need for the decolonization of Psychology, specifically in relation to race, and pointed out some of the social structures that lead the black population to be victims of racism and how this harmful phenomenon contributes to the promotion of psychopathologies in this population. The material was divided into topics for a better understanding of the reader and a brief socio-historical survey was created regarding the reality of slavery, exposing laws and negligence towards the black population, as well as a critique of the academic and clinical performance of Psychology, which still experiences a reality in which Eurocentric theories are imposed on black and white subjectivities as if they had similar experiences – which is not the case. It is expected that this material serves as a nuisance for psychological training and practice and that decolonial thinking becomes recurrent and materials such as those of Virginia Bicudo and Neuza Santos Souza, Brazilian professionals in the area of Mental Health can be rescued and inserted into the academic-professional training in Psychology – as well as those ones of Wade Nobles, Naim Akbar, Frantz Fanon and Grada Kilomba, for example, who built their black perspectives in

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia - Université de Provence e docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB,

<sup>3</sup> Mestre em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará

relation to the mental health of this population on an international scenario, but which is shared in Brazil through of combating the slavery structures still in force. Furthermore, the contributions of Lélia Gonzales, Beatriz Nascimentos and Abdias do Nascimento cannot be ignored or forgotten, for example, through epistemic bases and experiences aimed at transforming social organization, politics and science through Black Social Movements.

Keywords: Racism; Social structure; Mental illness; Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma forma comum para definir a Psicologia, normalmente encontrada em apostilas de primeiro contato com a área, é dizer que esta seria uma ciência com múltiplas abordagens teórico-metodológicas em suas singularidades, mas que haveria um consenso de significado através da perspectiva de que ela estudaria a pessoa e seus atravessamentos cotidianos como, por exemplo, o desenvolvimento e as mudanças biopsicossociais nas etapas de adolescência e sexualidade, assim como as construções de identidade a partir das relações sociais e laborais e mesmo as estruturas das múltiplas violências (BOCK et al., 2008a; 2008b). A questão é: de que pessoas estamos falando?

Percebe-se um movimento psicológico de padronização de subjetividades nas quais técnicas e ações são aplicadas independentemente do gênero, da sexualidade, da raça e da classe envolvida, como se todos esses fatores não fossem base para a construção da demanda psicológica e mesmo estruturas ambivalentes nos processos de combate ao deletério (VEIGA, 2019). Tal realidade ainda é subsidiada por uma importação de teorias, em sua maioria eurocêntricas, que ignoram a realidade socioeconômica e afetiva dos países e continentes em que são implementadas (MOURA & TEIXEIRA, 2022).

É com base nesse contexto que se defende no presente artigo a necessidade de decolonizar a Psicologia e seus aspectos teórico-metodológicos através de epistemologias decoloniais (SANTOS, 2021), pois os fatores de gênero, sexualidade, raça e classe são fundamentais na construção das subjetividades frente as múltiplas opressões sociais (VEIGA, 2019). Assim, o objetivo desse manuscrito é debater a necessidade da decolonização da Psicologia, principalmente frente ao viés de raça. Especificamente, pretende-se: apresentar caminhos para esse processo, destacando a importância da conscientização das estruturas racistas e da bibliográfica negra existente.

As justificativas acadêmicas, sociais e profissionais giram em torno da necessidade de se combater as estruturas coloniais racistas ainda em vigor que subsidiam a pilhagem epistêmica (PINHEIRO, 2020), assim como apontam a imposição de apenas um sistema político universalmente masculinizado – ou mesmo cisheteronormativo compulsório (RODRIGUES, 2020). Entende-se, em coerência com a experiência da primeira autora, mulher negra, psicóloga clínica e do trabalho, que é essencial discutir sobre as mazelas que não racializam a clínica nem indagam onde estão as pessoas negras enquanto pacientes/clientes e mesmo enquanto profissionais. Deve-se igualmente entender porque a população negra ainda é aquela alocada nos trabalhos sujos (HUGUES, 1962), invisíveis e precarizados (MARTINS & OLIVEIRA, 2019).

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO SOCIOHISTÓRICA

A racialização da clínica psicológica é essencial para um acolhimento digno da população negra. Para se entender essa perspectiva será necessária uma apresentação breve de um recorte sociohistórico com foco na realidade do Brasil, mas com necessárias discussões internacionais sobre o período da

escravização. Em primeiro lugar, é preciso desestigmatizar que o racismo surgiu no período escravagista, pois muito antes, ainda no surgimento dos clãs semitas, a segregação entre as populações por conta do fenótipo (características fisiológicas externas da pessoa, como: tom de pele, formato dos olhos, nariz, cabelo...) já acontecia (MOORE, 2007).

Outro combate que se precisa fazer é quanto as nomenclaturas, pois nunca houve uma pessoa que fosse escrava e sim uma população que foi escravizada por alguém (o homem europeu cristão, por exemplo) e isso implica em responsabilidade sóciohistórica – logo, não houve uma escravidão e sim uma escravização (COSTA, *in prelo*). Posto isso, é preciso dizer que é sabido socialmente que com o advento da industrialização, surgimento da burguesia e criação de tecnologias que ajudassem na produção (BORGES & YAMAMOTO, 2014), também tiveram origem as intituladas grandes navegações.

Essa realidade também diz de pessoas que foram tornadas mercadorias, mas não qualquer pessoa e sim aquelas marcadas fenotipicamente enquanto diferentes: as negras. Importante dizer que o colonizador justificou a escravização, corpos sendo tratados enquanto mercadoria, como um processo civilizatório que transformaria aqueles seres em pessoas, mas durante os processos de sequestro em África o que realmente aconteceu e se normatizou foram assassinatos e estupros e toda uma população foi saqueada de si, pois se quer eram consideradas da espécie humana (DIOP, 1974).

Ao chegarem aos países de descarga da pilhagem de corpos, dentre os quais o Brasil foi o maior receptor, essas pessoas foram proibidas de executar sua fé, sendo essa, na época e ainda hoje, considerada demoníaca, e suas línguas, consideradas inteligíveis e inferiores; assim como também perderam suas identidades ao terem seus nomes retirados, anulados e substituídos por outros relacionados à propriedade na qual passaram a trabalhar (URASSE, 2018). Como exemplo, lembramos o caso de uma Nzinga que passou a ser chamada de Maria da Silva, pois pertencia a família/fazenda Silva. Além disso, posteriormente, o trabalho foi imposto a esse povo enquanto único caminho para se tornarem humanas(os) (SANTOS, 2015), mas as atividades eram as braçais e altamente perigosas, pois essa população foi considerada sem intelecto e/ou capacidade para qualquer outra (NKOSI, 2014).

Grande parte da população negra foi mutilada por vivenciar essa realidade laboral, mas também o foi através dos castigos físicos e/ou teve suas línguas cortadas para servirem de suportes de vasos de água nos quartos dos senhores da casa grande durante as noites, sendo objetificados e descartados ao serem transformados em *criados-mudos* (COSTA, *in prelo*). Além disso, é preciso chamar a atenção ao fato de que não havia qualquer tipo de divisão do trabalho por gênero e homens e mulheres negras vivenciavam a realidade das plantações e aquelas(es) destinadas(os) a casa grande precisaram cuidar de tudo e todos(as), mas não de si e/ou dos(as) seus(uas) (NASCIMENTO, 1985; 1976; GONZALES, 2020; RÊGO, 1968).

As mulheres negras, além do trabalho do campo, das cozinhas e da criação dos rebentos da casa grande, eram consideradas fábricas de mão de obra, o que diminuiu o investimento dos senhores da casa grande na importação de corpos negros através de gestações que aconteciam

principalmente devido aos estupros sofridos cotidianamente e naturalizados pela sociedade escravagistas (NASCIMENTO, 1976). Essa violência foi útil para essa classe dominante principalmente depois da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 1850, que proibiu a entrada de corpos negros escravizados no país (BRASIL, 2023a).

Tal realidade evoca a discussão sobre leis abolicionistas que surgiram ainda no processo de escravização, como: a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871 e que dizia que filhas(os) de escravizados(as) seriam livres ao nascer; e a Lei dos Sexagenários, de 1885 e que impunha a libertação de cativos(as) com 60 anos ou mais. É importante dizer, no entanto, que a primeira, na prática, dizia que o senhor da casa grande poderia manter aquela criança cativa até os 18 anos, mas se a libertasse aos oito receberia uma indenização do Estado; Já a segunda, apontava para uma realidade que impunha que aquelas pessoas idosas ainda tivessem que trabalhar para seus senhores por mais 3 anos e não podiam mudar-se daqueles locais antes de 05 anos (NUNES, 2018).

Por fim, houve a Lei Áurea, lei Nº 3.353 assinada em 13 de maio de 1888, que também foi chamada de Lei Diamantina. Ela determinava que doravante não haveriam mais escravizados(as) ou cativos(as) em território nacional (BRASIL, 1888). Contudo, dois pontos precisam ser discutidos: a) nem todos os estados concordaram com a lei e alguns só passaram a lhe respeitar 2 anos depois da implementação da lei, como é o caso de Minas gerais frente à cidade de Uberaba (SILVA, 2021); b) a lei não se preocupou com as pessoas supostamente libertas e que passaram a ocupar as ruas (FERNANDES, 2020), iniciando o que se conhece hoje por Pessoas em Situação de Rua – PSR (NASCIMENTO & MÁXIMO, 2020).

Assim, o que aconteceu foi uma mal fadada abolição (SANTOS, 2021) e no 14 de maio (EMERJ, 2021) não houveram Políticas Públicas (PP) ou quaisquer outras formas de apoio para essa parcela populacional (NUNES, 2018) que, na época, compunha 15,24% da realidade de 10 milhões de habitantes (BRASIL, 2023b), ou seja, cerca de 1.524.000 de pessoas, ignorando-se a população negra que já vivenciava, em parte, a pseudoliberalidade através das leis abolicionistas anteriores. Essa ação, no entanto, não foi um acaso e sim um acordo entre o Partido Republicano (Liberal) e o Partido Conservador (Bancada escravagista) para que não houvesse reparação a(o)s escravizados(as), pois anteriormente houveram projetos debatidos no congresso de autoria da Bancada Abolicionista. Esses projetos tinham a meta de doar terras e sementes para a população que seria liberta, mas o foco tornou-se o apoio que os fazendeiros poderiam disponibilizar para o movimento de Proclamação da República (NUNES, 2018).

Além disso, outras formas de agressão a essa população a partir da lei podem ser citadas, como o caso da Lei de Terras (1850), que dizia que a posse da terra, antes conquistada a partir do trabalho, agora seria unicamente via setor financeiro (MENEGAT & BALBINO, 2015), o que impossibilitava à população negra de adquirir esse bem uma vez que não tinha qualquer possibilidade de ter acesso ao dinheiro. Ademais disso, em 1824 a escola havia se tornado oficialmente proibida para a população escravizada e uma

possibilidade utópica para a parcela pseudoliberta (ALMEIDA & SANCHEZ, 2016). A população negra, desse modo, ficava sem acesso à educação, pois precisava trabalhar desde muito cedo para obter o seu sustento, quadro que se mantém ainda hoje com o trabalho precoce no Brasil (SILVA; ALBERTO, 2022).

Mediante exposto, percebe-se a utilização de necropolíticas, as políticas de morte, (MBEMBE, 2018) ignorando completamente as necessidades dessa população que agora compunha uma parcela miserável e miscigenada do país e que reforçou a realidade estigmatizada de “sujeito diaspórico pós-colonial brasileiro” (FERNANDES, 2020, p. 64). A população negra passou a viver em bolsões de pobreza das favelas, engordando as filas de desempregados(as) e sem esperança que buscavam a sobrevivência em um cotidiano de ausência total de subsídios mínimos, como saneamento básico, trabalho e educação.

Assim, para essas pessoas restou à marginalização, o crime, o tráfico e mesmo a violência (SOUZA, 1983; BARBOSA; SILVA; SOUZA, 2021), pois sempre ouviram que ali, em um não lugar (AUGÉ, 1994), era seu lugar. Além disso, é preciso dizer que foram 350 anos, no Brasil, nos quais essa população foi taxada de suja, indecente, lasciva, burra, inadequada, sem inteligência, marginal, inútil, descartável, substituível, animalesca, feia e tantas outras ofensas que foram estruturalmente repassadas de geração em geração, seja pelas estruturas racistas da branquitude (BENTO, 2022), que repetia isso cotidianamente; seja pelas vítimas de tais violências, que introjetavam essas mentiras em suas mentes já fragilizadas de tudo em uma colonização mental (VEIGA, 2019).

Como pensar que as subjetividades esfaceladas, quebradas e mesmo não reconhecida por elas mesmas desde a infância (Silva, Silva & Momo, 2023), como são as negras, possam ser tratadas psiquicamente da mesma forma das subjetividades das pessoas brancas? Como não é objetivo desse manuscrito estender-se pelas explicações sóciohistóricas até os dias atuais, e sim conscientizar o processo de formação da sociedade brasileira a partir das estruturas sociais, o próximo tópico versará sobre as subjetividades negras e porque/como precisam ser acolhidas de forma específica, pois tiveram experiências violentas singulares.

## 2.2 UMA DISCUSSÃO DECOLONIAL

Mediante ao exposto até aqui, defende-se neste artigo que a Psicologia deve buscar compreender as subjetividades a partir de outros pontos de vista, além do eurocêntrico, uma vez que essa atividade profissional deve estar atenta e sensível ao cotidiano social e entender que a subjetividade é uma construção da ordem daquilo que é politicamente imposto (VEIGA, 2019). Além disso, não se pode mais ignorar que os debates frente à preocupação com a Saúde Mental da População Negra são incipientes ou mesmo que pessoas negras são vítimas de racismo nos consultórios psicológicos (BENEDITO; FERNANDES, 2020) e isso só demonstra que a Psicologia no Brasil muitas vezes desconsidera, ignora e mesmo rechaça a contribuição sociohistórica e cultural da negritude (SANTOS & COUTO, 2023).

É preciso que o homem branco cis hetero e judaico-cristão (aqueles formuladores de teorias ainda hoje referenciados, como: Piaget, Jung, Freud, Skinner, Watson, Pavlov, dentre outros) saibam ouvir, encontrem seu lugar de escuta, para que uma abordagem clínica terapêutica constitua-se para ouvir o mundo, seus atravessamentos e mazelas, e não apenas os sintomas eurocentricamente elencados (VEIGA, 2019). O silenciamento dessa realidade deletéria subsidia a manutenção da estrutura do racismo e mantém uma formação acadêmica-profissional omissa e sem espaço e aparato para acolher a população negra e suas especificidades (SANTOS & COUTO, 2023; LYRA et al., 2023).

Parar de ouvir o mundo, suas necessidades específicas e negligenciar seus vieses de transformação é um erro no qual as vertentes clínicas permanecem (VEIGA, 2019), mas existem transformações em curso. A Psicologia do Trabalho, através das Clínicas do Trabalho, tenta executar essa ação desde que percebeu que é a(o) trabalhador(a) aquela(e) que detém o conhecimento das tarefas, das relações e dos cotidianos e isso coloca a(o) pesquisador(a) em um lugar de escuta e aprendizado através de uma humildade epistemológica necessária para se compreender o fenômeno e contribuir nos processos de transformação dos cotidianos sociais (RESENDE & LIMA, 2023).

Todavia, gênero, raça e sexualidade são aspectos nem sempre levados em consideração e, por vezes, as tentativas de mudanças resumem-se ao viés de classe. Sabe-se que a própria Psicologia Social (PS) é apontada como um espaço no qual referências antirracistas são construídas e se percebem trabalhos como: o psiquismo por trás do racismo, as pesquisas sobre branquitude, os modos de subjetivação frente ao racismo e em estratégias voltadas para a superação do racismo (LIMA et al., 2023). Contudo, quantos desses trabalhos são formulador por vivências ao invés de objetos de estudo? Dito de outra forma, quantos são construídos por mãos negras e suas vivências e não por mãos brancas e sua curiosidade?

Isso demonstra uma formação fragilizada e que subsidia a incipiência nos/dos debates raciais, pois ignora as estruturas e mesmo a responsabilização sobre as violências, mas também aponta para quem faz a psicologia e para quem é direcionada, pois se percebe o viés de uma subjetividade branca colonial e capitalista (SANTOS & COUTO, 2023; LIMA, 2023). Ignorar as estruturas racistas e as mazelas dessa realidade é ignorar demandas biopsicossociais que geram psicopatologias e explicam condições que precisam ser conhecidas para ajudar no tratamento (LIMA, 2022).

A partir dessa realidade, é preciso dizer que há muitas sequelas biopsicossociais da estrutura racista, ainda presente na sociedade atual, e talvez o principal seja a o *efeito diáspora* (VEIGA, 2019), que faz com que a população negra se sinta sempre deslocada e com a sensação de que não pertence àquele lugar e/ou não possui um tratamento semelhante daquele recebido por outras pessoas. Esse sentimento de não pertencimento pode ser percebida tanto no filme *Medida Provisória* (2020), de direção de Lázaro Ramos, quanto no seguinte trecho musical:

“o mais próximo de casa que eu estive foi o mar || Boto os meus pés na água e me lanço a pensar || Como é a vida aqui, como é a vida lá || Sinto que eu não sou daqui, pra casa eu quero voltar || (...) Eu me sinto a um oceano de casa || É como se faltasse um pedaço meu” (ELNIÑO, 2019).

Trata-se de algo muito próximo da expressão *quase da família*, muito comum em um contexto de trabalhos domésticos nos quais patroas(ões) categorizam a empregada doméstica (GONZALEZ, 1984). Essa realidade de classe média brasileira, na verdade, é apenas uma tentativa de mascarar o racismo (SANTOS & COUTO, 2023), mas sem a percepção de racialização necessária para combater o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022).

Outra perspectiva que merece ser discutida é a imposição da necessidade do embranquecimento, pois a população negra aprendeu que tudo que fosse negro era ruim e tudo que era branco era bom e até os dias atuais, por conta dessa colonização de mentes e dos traumas coloniais, busca embranquecer-se, seja através de formas de falar, de vestimentas, de tratamentos capilares ou mesmo por defender pensamentos que a branquitude defenderia (KILOMBA, 2019; FANON, 2008; NOBLES, 2013; BENTO, 2022). Observa-se, então, um ódio direcionado a negritude (seus traços fenotípicos, sua cultura e mesmo sua população) e quando isso acontece pela vertente da pessoa negra para si (enquanto povo e/ou enquanto pessoa), estamos falando sobre auto-ódio (VEIGA).

Essa realidade é tão estrutural que podemos observa-la no trecho que segue: “Ela quis ser chamada de morena || Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena || A raiva insufla, pensa nesse esquema” (EMICÍDA, 2019). É a partir dessas relações que se percebe que o racismo é estrutural e, por conseguinte, atinge os vieses educacionais, econômicos e políticos sociais, o que o faz gênese das normatizações das violências e desigualdades sociais cotidianas (ALMEIDA, 2019), mas também embasa o viés de saúde – pública e mental (OLIVER & BARROS, 2022).

Abdias do Nascimento, Nain Akbar, Franz Fanon, Wade Nobles, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Muniz Sodré, Sílvio Almeida e Grada Kilomba são apenas alguns dos nomes que são afroreferências, que chamam atenção para essa perspectiva e dizem da importância de decolonizar as ciências (bio)médicas, em especial a Psicologia e a Psiquiatria, para que se perceba a quantidade de psicopatologias que atingem a população negra, incluindo aqui Transtornos Mentais Maiores (TMM) e Menores, e que são sequelas das estruturas racistas de nossa sociedade. Os estudos de Bicudo (1945), por exemplo, apontaram que pessoas negras tendem a rechaçar pessoas negras e tentam se aproximar de pessoas brancas buscando um viés de aceitação social, o que corrobora os estudos de Fanon (2008) quando este disse que a busca pelo embranquecimento é uma busca por ascensão e aceitação social.

O estudo de Souza (1983), por exemplo, corrobora esse pensamento e diz de um embranquecimento social da população negra à medida que essas pessoas/famílias conseguem ascender no *status* da pirâmide social e vão afastando-se daquilo que é considerado ruim (negro) e buscando aproximar-se daquilo que é considerado bom (branco). Esse processo afasta essas pessoas

da cultura negra e de seus movimentos sociais, pois existe um medo estrutural dessas pessoas de perderem o que conseguiram e voltarem a um *status* socioeconomicamente inferior e comum a população negra, como aponta o estudo de Andrews (1985). Contudo, o estudo de Lima (2022) demonstra o quanto essa (auto)imposição de embranquecimento provoca doenças mentais e como é difícil construir tratamento adequado para o combate se as estruturas racistas permanecem estáticas.

É importante destacar que ao se ignorar a perspectiva afrodiaspórica na busca por aceitação, nega-se a ancestralidade negra, ignora-se o terreiro, a Alacridade e a *Arqué* negra, que são potências que ligam a pessoas as emoções a partir de um distanciamento da perspectiva ocidental (SODRÉ, 2017) e das microagressões cotidianas (MOREIRA, 2019). Assim, ao se afastar de si enquanto pessoa negra, seja através da negação de fenótipos (como o cabelo) ou de relações afetivas e sociais com outras pessoas negras, cria-se uma pseudosubjetividade que busca aceitação e que corrobora com a estrutura racista de que tudo que é negro é ruim e precisa ser eliminado.

O racismo possui muitas formas e aparências a partir de microagressões cotidianas (MOREIRA, 2019), então é correto falar sobre as violências dos racismos e alguns que podem ser brevemente citados são: o institucional, o recreativo, o religioso, o linguístico, o ambiental, o epistêmico, o cultural... (VELAME et al., 2023; QUADROS, 2021). Sobre uma forma de racismo linguístico, pode-se citar, por exemplo, quando se utilizam expressões, como: A coisa tá preta, mercado negro, cor de pele, agora ficou claro e nortear.

Já sobre o racismo religioso e cultural, pode-se citar a repulsa contra aquilo que vem de origem afrodiaspórica, mas ao ser apropriado torna-se adequado, como é o caso, por exemplo, das tranças nagôs – que saem da perspectiva de higienização da Política do Cabelo (KILOMBA, 2019) para algo exótico (que é um termo racismo estruturalmente usado socialmente); e do acarajé – que foi vítima de uma tentativa de eugenia para se tornar o bolinho de Jesus, racismo religioso (BORGES, 2008).

Essa pilhagem epistemológica é percebida nos currículos eurocêntricos que ainda são a base para a formação acadêmica nacional, não somente, e ditam os conhecimentos considerados corretos, verdadeiros e em que se pode confiar e aqueles que devem ser desconsiderados (KILOMBA, 2019). Assim, como a vertente afrorreferenciada não advém de uma perspectiva cartesiana (RUFINO, 2019) e eurocentrista, que concorda com atuações pragmáticas e tecnicistas que oprimem e/ou eliminam outras formas de ser no mundo (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018), epistemicídio (PINHEIRO, 2020), acaba sendo rechaçada da academia (GONZALEZ, 2020).

Frente a essa realidade, a população negra sofre através da imposição de uma base estrutural – acadêmica, política, educacional e de Saúde (Mental) (ALMEIDA, 2019; OLIVER & BARROS, 2022) – pautada no perspectivismo travestido de universalismo. Contudo, insiste-se no viés de que se trata de apenas uma das percepções dos processos, mesmo que tenha sido imposto enquanto história única (acadêmica, religiosa e mesmo literária) que matou, factual e simbolicamente, uma parcela da população negra sequestrada e trazida para ser escravizada (ADICHIE, 2019).

A única forma de minimização dessas situações é a implementação das ações afirmativas que propiciem o ingresso e permanência da população negra em locais de poder (ALMEIDA, 2019; SANTOS & COUTO, 2023): escolas, universidades e cargos públicos e de gestão, por exemplo. Isso porque quando houverem pessoas negras falando sobre pessoas negras, e não pessoas brancas estudando pessoas negras (NOBLES, 2013), haverá o mínimo de educação antirracista e isso nos levará a conhecer, de verdade, nossa história de ancestralidade e não apenas aquela caricata da opressão que vivemos enquanto povo que foi escravizado.

A atuação antirracista – não o termo vazio utilizado pela classe média, mas a ação produzida por afrodescendentes com percepções embasadas na vivência da herança racializada (SANTOS & COUTO, 2023) – precisa ser pautada: a) na compreensão da origem da desigualdade social (VEIGA, 2019) e na necessidade da ocupação de espaços de poder (ALMEIDA, 2019); b) nos estudos acadêmicos de intelectuais negras(os) e nas epistemologias afropindorâmicas (SANTOS, 2021) e; c) no entendimento de que territórios precisam ter suas culturas respeitadas, mas que esses não se resumem aos espaços geográficos, pois englobam os corpos negros (SANTOS & COUTO, 2023). Esses são sempre políticos e produzem reflexão frente à estrutura opressora do racismo, promovendo denúncias que buscam o combate as negligências biopsicossociais.

Mediante exposto, percebe-se que mesmo que tenham havido mudanças frente aos focos de estudos e atuações na Psicologia, essas ainda são tímidas e ignoram, em sua maioria, as contribuições das(os) intelectuais negras(os) e essa realidade mantém a estrutura de pilhagem epistêmica (NASCIMENTO, 1978). Frente a essa realidade, a população negra brasileira, em sua grande maioria, ainda não conhece sua história enquanto povo rico em conhecimentos de anatomia, geometria, agricultura e coletividade e sem o conhecimento de sua própria história existe uma morte da racionalidade dessa população subjugada que mutila a capacidade de aprender – principalmente sobre si (CARNEIRO, 2005).

### 3 CONCLUSÕES

Talvez possamos combater o racismo ao entendermos e aceitarmos que somos racistas e quando cada pessoa aceitar suas falhas e erros procure corrigi-las, mas para isso é preciso que o mínimo de educação antirracista chegue à estrutura social e isso exige mudança – principalmente epistêmicas. Talvez esse seja o caminho de combate ao racismo, as suas mazelas sociais e as psicopatologias subjetivas da população negra, mas a indagação é: como faremos isso se ainda existe um pacto da branquitude que nos veta esses locais? (BENTO, 2022).

Quando temos representatividade e estas nos lembram de nossa ancestralidade de magnitude (como o caso do lançamento do álbum musical *Black is King*, da cantora Beyonce em 2020, ou do filme *A Pequena Sereia* em 2023, com a atriz *Halle Bailey* enquanto protagonista), existem aquelas(es), que se dizem nossas(os) aliadas(os) no combate ao racismo, mas que querem nos obrigar a só ver o que fizeram conosco e não quem éramos antes das

invasões e sequestros. Como foi o caso da crítica feita por Lilia Schwarcz, Antropóloga, historiadora, professora da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Princeton, nos EUA, ao lançamento do álbum de Beyonce.

É através dessas estruturas limitantes que aprendemos, erroneamente, que é necessário esforçar-se cinco vezes mais que qualquer pessoa para atingir seus objetivos na vida e quando não conseguimos, impositivamente, a culpa passa a ser nossa porque não nos esforçamos o suficiente. Todavia, ignora-se plenamente que quando existem relações institucionais estruturadas no racismo, haverá implementação de cargos e tratamentos diferentes e isso é culpa do sistema subsidiado pelo racismo e não da população que é vítima do mesmo.

Assim, é preciso dizer que enquanto a realidade africana continuar sendo ignorada, negligenciada e invisibilizada e a euro-americana estruturada arianamente predeterminar perguntas e respostas para a realidade social, não haverá caminhos justos (NOBLES, 2013; GONZALEZ, 2020). Além disso, enquanto a população negra continuar sendo estereotipada midiaticamente enquanto louca, suja, feia, bêbada e palhaça (na verdade sendo ridicularizada) e suas lideranças políticas forem associadas a cabeças que precisam ser cortadas (como o assassinato de Marielle Franco) (AKBAR, 1996) não teremos estabilidade.

Por fim, em relação as lacunas desse estudo, percebe-se que o mesmo ainda é limitado quanto a construção sóciohistórica e temporal das múltiplas violências racistas que assolam a população negra em suas múltiplas esferas, mas que o mesmo precisa ser identificado enquanto um ensaio que visa contribuir com bases para estudos aprofundados na área clínica que precisa ser racializada. Além do mais, seu viés teórico, outra limitação, é essencial para que estudos futuros tenham base na literatura vigente e avancem na construção de um combate tanto a pilhagem epistêmica quanto para com o acolhimento adequado da população negra.

Contudo, esse estudo é construção afrorreferenciada em sua literatura e ainda se utiliza do viés de musicalidade enquanto construção de suas próprias fontes de conhecimento. Essa mobilização é necessária para combater a colonização acadêmica a partir da normatização que exclui a vivência como base confiável – uma ação comum à elite branca eurocêntrica que ainda impõe o modo de ser da academia (COLLINS, 2019).

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKBAR, Naim. Psychological Legacy of Slavery. Tradução de Roberta Maria de Federico. In: **Breaking the Chains of Psychological Slavery**. Tallahassee: Mind Productions & Associates, 1996. p.1-25

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.10, n.2, p. 234-246, fev. 2016. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ree/v10n2/1982-7199-ree-10-02-234.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

ANDREWS, George Reid. O negro no Brasil e nos Estados Unidos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, jun. 1985. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HVRFgDFyCwZCFn5QZGkF5rs/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus. Coleção Travessia do Século, 1994.

BARBOSA, Raquel Rodrigues da Silva; SILVA, Cristiane Souza da; SOUSA, Arthur Alves Pereira. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. Espaço temático: violência, saúde e classes sociais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 353-363, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hXJ4fmwcWnNfqvv35xD9Kfw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 dez. 2023.

BENEDITO, Maiara de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v.40, p. 1-16, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6qtXvXGFnYmBfNwzhGSwjRM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2023.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. 1945. Tese (Curso Post-Graduados) – Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1945. In: MAIO, Marcos Chor (Org). **Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**. São Paulo: editora Sociologias e Políticas, 2010.

BORGES, Florismar Menezes. **Acarajé**: tradição e modernidade. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008. Acesso em: 12 jan. 2024. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8774/1/dissertacao\\_florismar.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8774/1/dissertacao_florismar.pdf).

BRASIL. Lei Eusébio de Queirós. Memória da Administração Pública Brasileira. **Arquivo Nacional**, 2023a. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872. **Ministério da Cultura**. Fundação Cultural Palmares, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/populacao-escrava-do-brasil-e-detalhada-em-censo-de-1872>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1888, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acesso em: 30 nov. 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. A Psicologia ou As Psicologias. In: **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2008a. p. 16-31.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. (2008b) A Evolução da Psicologia. In: **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2008b. p. 32-45.

BORGES, Lívia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Mundo do Trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt (Org). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 06 abril 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Dinara das Graças Carvalho. **Racismo & Trabalho: a Capoeira enquanto atividade laboral e antirracista**. 2024. Tese (Doutorado) – Departamento de Psicologia Social, Universidade Federal d Paraíba/UFPB, João Pessoa, 2024. No prelo.

DIOP, Cheikh Anta. **A origem africana da civilização: Mito ou Realidade?** Chicago: Review Press, 1974.

ELNIÑO, Thiago. Atlântico. In: **Pedras, Flechas, Lanças, Espadas e Espelhos** (Álbum Musical - online), 2019. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=lmNOMByre\\_c](https://www.youtube.com/watch?v=lmNOMByre_c). Acesso em: 14 out. 2023.

EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. **7ª Reunião do Fórum Permanente de Direito e Relações Raciais**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UP0JXyyDII&t=266s>. Acesso em: 12 maio 2021.

EMICIDA. Ismalia. In: **Amarelo**. (Álbum Musical – online). Brasil: Sony Music & Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=EtN1jBk0ZQg>. Acesso em: 14 em out. 2023.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. (Tradução: Silveira, R.) Salvador: ADUFBA, 2008.

FERNANDES, Fábio Araújo. Interrogando a capoeira: cultura política, identidade nacional e o método etnográfico. In: BRITO, Celso de; GRANADA, Daniel (Org.). **Cultura, política e sociedade: estudos sobre a Capoeira na contemporaneidade**. Teresina: EDUFPI. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: (Org) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios e intervenções**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), out. 1984. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod\\_resource/content/1/GONZALEZ%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALEZ%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf) Acesso em: 22 mar. 2023.

HUGHES, Everett Cherrington. Good People and Dirty Work. **Social Problems**, v.10, n.1, p. 3-11, summer.1962 Disponível em:  
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/799402?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102142762513>. Acesso em 03 de jun. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LIMA, Carla Fernanda de. “Só quero matar a minha dor”: mulher negra, racismo e subjetividade. In: **Psicologia Brasileira na Luta Antirracista: Prêmio Profissional Virgínia Bicudo**, v.2, p. 156-176, Conselho Federal de Psicologia

(CFP), Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-2-luta-antirracista-final.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

LYRA, Jorge. et al. Psicologia Social e Antirracismo: arte-fatos científicos desde caos-mundo. In: Dossiê PSICOLOGIA SOCIAL E ANTIRRACISMO: compromisso social e político por um outro Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Recife, p. 1-13, out. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v9z7XCSbCBWG6btXQMNS8Hm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MARTINS, Isadora & OLIVEIRA, Luiz. Negros ocupam cargos com menor remuneração no mercado de trabalho. **Correio Brasiliense**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/11/17/interna-trabalhoeformacao-2019,807077/negros-ocupam-cargos-com-menor-remuneracao-no-mercado-de-trabalho.shtml>. Acesso em: 26 abril 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENEGAT, Elizete Maria; BALBINO, Selmara de Castro. Periferia, mercado de trabalho e cor: configurações sócio-territoriais do racismo brasileiro. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 335-345, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/18462/9651>. Acesso em: 14 out. 2023.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; TEIXEIRA, Luiza Figueiró. Descolonizar o pensamento: sobre a colonialidade da Psicologia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, ed. 12, v. 7, p. 98-111, dez. 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/colonialidade-da-psicologia>.

Acesso em: 04 maio 2023

NASCIMENTO, José Ulisses do; MÁXIMO, Thaís Augusta de Oliveira. Análise do Trabalho junto à População em Situação de Rua. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, maio, 2020.

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/bKDJQ5gdGLbXLjzVk3t5J5x/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 08 ago. 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por que “Ylê Xoroquê”: a Mulher Negra e a Resistência Cultural no Brasil. 1985. In: **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição.** (Org) União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA. 1.ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 295-298.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. 1976. In: **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição.** (Org) União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA. 1.ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 80-85.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NKOSI, Deivison Faustino. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **Feminismos e Masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

NOBLES, Wade Shattered Consciousness, Fractured Identity: Black Psychology and the Restoration of the African Psyche. **Journal of Black Psychology**, Chicago, n. 39, p. 232-242, mês 2013. Acesso em: 02/06/2023. Disponível em: <https://sankofapsicologia.com/fundamentos-de-psicologia-africana/>.

NUNES, André Rangel de Souza. **130 anos da Lei Áurea: as leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil.** (2018). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 165 p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/21569/130%20ANOS%20DA%20LEI%20AUREA%20As%20leis%20abolicionistas%20e%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. 2023.

OLIVER, Marcele; BARROS, Flávio. **Saúde Mental da População Negra Importa.** Rio de Janeiro: Editora Conquista, 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Descolonizando saberes: mulheres negras na ciência.** Coleção culturas, direitos humanos e diversidades na educação em ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

QUADROS, Liziane Janaína. **A análise do empreendedorismo social e ações contra o racismo e injustiça ambiental.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Bacharelado em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11957>. Acesso em 09 dez. 2023.

RÊGO, Wanderlei. **Capoeira Angola: um ensaio sócio-etnográfico.** Salvador: Itapuã, 1968.

RESENDE, Rodrigo Ribeiro; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Apresentação da edição brasileira. In: ODDONE, Ivar; RE, Alessandra; BRIANTE, Gianni. **Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho.** Belo Horizonte: Editora Fabrefactum, 2023. (livro eletrônico – PDF). Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJx4ejeNcAIDjYk&id=1EE9218637976F49%2124074&cid=1EE9218637976F49&parId=root&parQt=sharedby&o=OneUp>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RODRIGUES, Jessyka. **Sem Rótulos, Por Favor! – Gênero e Sexualidade em Ambientes Educacionais.** Teresina: Novas Práxis, 2020.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia Das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Daniele Vasco; Couto, Sibelle Ferreira Souza. A produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e a relação com seus percursos acadêmico-profissionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**, Curitiba, vol 16, edição especial, set. 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1648/1410>. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, Abrahão de Oliveira (Org.) **Saberes plurais e epistemologias aterradas: caminhos de pesquisa na psicologia e ciências humanas.** Niterói: Eduff, 2021. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/saberes-plurais-e-epistemologias-aterradas-caminhos-de-pesquisa-na-psicologia-e-ciencias-humanas-e-book-epub-488>. Acesso em: 28 abril /2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações.** Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SILVA, Rafael Araújo da; SILVA, Alessandra Nascimento; Momo, Mariangela. O Racismo Estrutural e a Criança Negra no Contexto **Escolar.** **Revista África e Africanidades**, ed. 47, p. 143-157, maio 2023. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/ARTLIVRE100523.pdf>. Acesso em 09 dez. 2023.

SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. The Silencing and Naturalization Processes of Child Labor in Brazilian Society. **Trends in Psychol**, Ribeirão Preto, maio 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s43076-022-00189-0>. Acesso em: 04 dez. 2023.

SILVA, Bruno. Congada Palco da Vida. In: **IV Seminário da Congada** – Live, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=tsHGOEf\\_sM0](https://www.youtube.com/watch?v=tsHGOEf_sM0). Acesso em: 14 maio 2021.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

URASSE, Anin. Prefácio. In: **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. (Org) União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA. 1.ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 22-24.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 19, número especial, p. 244-248, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v31nspe/1984-0292-fractal-31-esp-244.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

VELAME, Fábio Macêdo. et al. Arquiteturas e cidades no Atlântico Negro, raízes africanas e (re)invenções na diáspora: Entrevista com Fábio Macêdo Velame. **Dossiê Cidades Africanas: cidades e arquiteturas afrodiáspóricas**, UFBA, v. 2, n. 1, p. 36–57, ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/article/view/55951/29754>. Acesso em 09 dez. 2023.